

## Chile: A Impugnação do Princípio Potosí e os Desafios do Processo Instituinte<sup>1</sup>

Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>2</sup>

Alexander Panez Pinto<sup>3</sup>



Fonte: Kaos em la Red

Que a história foi completamente transformada com a incorporação não-voluntária do continente que viria ser batizado como América não há menor dúvida. Não só porque foi a partir da exploração da América é que a Europa ganhou centralidade e impôs sua geopolítica do conhecimento a todo o mundo (eurocentrismo), assim como inundou o mundo de ouro e prata ensejando uma ampliação do comércio a tal ponto que proporcionaria o advento do capitalismo. E tudo isso foi possível através da exploração de recursos naturais, através da superexploração do trabalho de indígenas, negros escravizados e camponeses. Cerro Rico de Potosí chegou a ter 60.000 mineiros indígenas explorando a prata mantidos a coca e na mais extrema miséria. Isso não impediu que as oligarquias dominantes não deixassem de ver na exportação de nossas riquezas naturais e na superexploração dos povos sua razão de ser<sup>4</sup>. Nos últimos 30 anos, a

---

<sup>1</sup> Esse texto gozou da generosidade de uma série de intelectuais e ativistas chilenos a quem agradecemos de coração a troca de ideias. Dada a natureza de um texto aberto às circunstâncias políticas em curso preferimos omitir os nomes desses interlocutores para que não sejam confundidos eventualmente com as posições que aqui publicamos que são de estrita responsabilidade dos autores que a assinam. De todo modo, registre-se que dada a complexidade de tudo que está implicado não conseguiríamos chegar a essas reflexões sem essas colaborações.

<sup>2</sup> Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade del Bio-Bio (Chile) e Pesquisador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>4</sup> Algumas dessas oligarquias incorporaram até mesmo ao nome do país esse princípio: Argentina, de *argenta*, dinheiro, *plata* como se diz em espanhol. E Brasil deriva da madeira explorada para fazer tintura, a primeira extração de uma matéria prima destinada não às gentes, mas ao comércio mundial. E *brasileiro*, diga-se de passagem, é o estranho adjetivo pátrio que as oligarquias do país escolheram para se autodesignarem, expressão que à época colonial era empregada para nomear o português que voltava rico depois de explorar o Brasil. Talvez a expressão sintetize bem sua visão de país. Afinal, brasileiro seria aquele que vive de explorar o Brasil, assim como mineiro vive de explorar as minas, e os madeireiros de explorar a madeira. Não se conhece outro adjetivo pátrio que derive em

região viveu sob um duplo Consenso, o de Washington, que des-nacionalizava e des-democratizava, conforme a feliz expressão de Aníbal Quijano<sup>5</sup>, e o Consenso das Commodities<sup>6</sup> (Maristela Svampa, 2019), em que as direitas e as esquerdas que ocuparam alternadamente os governos concordavam que a exportação de commodities era o fundamento da política econômica. No caso das áreas onde imperou o *agribusiness*, onde a agricultura deixou de ser uma prática de cultivar/cultivar a terra para ser um agri-negócio, alguns autores chegaram a falar de uma agricultura sem agricultores<sup>7</sup> (Teubal, 2008). Em alguns países, como o Brasil, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia, onde uma “República da Soja” chegou a ser anunciada<sup>8</sup>, as propriedades latifundiárias atingiram um patamar de extensão tão grandes que sua gestão já não é possível de ser exercida a partir de um *ethos* agrário e caiu em mãos de CEOs de grandes grupos corporativos: um negócio. Não deixemos de ver nessa expressão negócio a afirmação da colonialidade, haja vista que ao se privilegiar o aumento da produtividade/rendimento não só aumenta a produção e o rendimento por área/tempo, mas também impõe uma determinada temporalidade e um ritmo que é o do “tempo de trabalho socialmente necessário” não à satisfação das necessidades, mas à acumulação do capital. Com isso, outros tempos são negados como indolentes e preguiçosos, preconceito de classe e colonial que a palavra negócio esconde/revela na sua etimologia: neg+ócio (negar o ócio, de neg+otium). Nas áreas de exploração mineral, além da silenciosa e cotidiana contaminação ambiental a que estão submetidas as populações locais e adjacentes, se produz escassez de água para as práticas das comunidades locais tradicionais. Essas comunidades só são conhecidas quando os desastres ganham dimensões/extensões que já não podem ser escondidos do conhecimento geral, como vimos recentemente no Brasil em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ou então quando se mobilizam com seus protestos e seus bloqueios de rotas (bloque de rutas) e, assim, articulam escalas de luta. Além do índice de concentração de riquezas em nossos países atingir patamares vergonhosos, nas regiões, localidades, municípios onde predominam as atividades diretamente subordinadas a essa lógica de acumulação/desenvolvimento dependente, os indicadores sociais se inscrevem entre os mais baixos de seus respectivos países.

Eis que por essas idas e vindas da história, em alguns momentos, cada um e cada uma é concitado a pensar/agir sobre a nossa constituição societária e pensar/agir nas suas múltiplas escalas – local, regional, nacional, global - ao mesmo tempo. Eis uma das lições que nos vem do Chile Profundo no recente plebiscito de 25/10/2020 sobre uma outra Constituição. As Comunas em que os percentuais de negação da atual Constituição que, diga-se de passagem, foi constituída pela ditadura e “acordada” pela Concertación, foram justamente aquelas em que vigorava esse drama do desenvolvimento, que alguns chamam de modelo, com base no

---

*eiro*, a não ser brasileiro. Os “brasileiros” podem optar por brasileiro, brasílico ou brasílio, como consta no Dicionário do Aurélio.

<sup>5</sup> QUIJANO, Aníbal. 2005. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Dossiê América Latina da Revista de Estudos Avançados. vol.19, no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005.

<sup>6</sup> SVAMPA, Maristella. 2019. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Cidade do México: CALAS.

<sup>7</sup> TEUBAL, Miguel. 2008. O Campesinato Frente à expansão do Agronegócio na América Latina. In: Campesinato e Territórios em Disputa org. TOMIASI Paulino, Eliane e FRABRIINI, João Edimilson. 2008. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia.

<sup>8</sup> Em 2003 a transnacional Syngenta publicou no Clarín e La Nación, dois dos mais importantes jornais argentinos, um informe publicitário sob o título A República Unida da Soja onde consta o seu mapa. Em torno do 2010 esse estranho mapa deixou de ser um mero anúncio publicitário e se mostrou uma questão política e geopolítica com a tentativa de separação da Media Luna do território boliviano, por iniciativa das oligarquias do agronegócio das Terras Baixas. O informe publicitário de caráter colonial foi obtido em <http://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada> em 18/02/2014.

Princípio Potosí<sup>9</sup> (Machado Araoz, 2018), mais recentemente rebatizado como neoextrativismo, onde mais de 90% da população rejeitou a Constituição da Ditadura/Concertación: Freirina, Huasco, Petorca, Mejillones y Tocopilla.

A comuna onde se obteve a votação mais alta no plebiscito foi Freirina, com 91,77% dos votos. Nesta localidade do Atacama houve um grande protesto social em 2012 contra a instalação de um frigorífico (Agrosuper) controlada por membros da oligarquia chilena (Gonzalo Vial, Fernando Barros Tocornal, entre outros). “A comunidade começou a sofrer o fedor desta atividade econômica em 2011, que se traduziram em náuseas, vômitos e infecções, o que levou à rebelião com fortes protestos, bloqueios de rotas e organização de assembleias comunitárias, que sofreu brutal repressão policial (inclusive a perda de um olho por disparo de “perdigón de Carabineros”) e criminalização da imprensa que, finalmente, se traduziu no fechamento da empresa”<sup>10</sup>. Logo abaixo de Freirina, se destacaram na rejeição da atual Constituição da Ditadura/Concertación, “as comunas de María Elena (91,2%), Diego de Almagro (90,73%) e Chañaral (90,5) assim como Andacollo (90,35%), todas caracterizadas pela presença da exploração mineral e suas consequências socioambientais”<sup>11</sup>.

Considere-se, ainda, que 90,05% da população de Petorca votou a favor da superação da atual constituição da ditadura/concertación. Nessa comuna prevalece o monocultivo agroexportador de abacate (paltas) que mantém grande parte da comunidade sem acesso a água, vítima da privatização dos direitos de usos. Eis uma das questões centrais a serem recuperadas no Chile no processo de outra constituição: o direito humano à água e não, como hoje, em que a água é uma mercadoria<sup>12</sup> (Panez, 2019).

Ainda segundo o *site* Resumen, “os casos de Huasco (90,41), Tocopilla (90,04%) e Mejillones (89,52) são usados, junto com Coronel e Quintero-Puchuncaví, como exemplos do que significa uma «zona de sacrifício», pela concentração de atividades contaminantes, como são os casos de termoeléctricas a carvão, a mineração, produtoras de cobre, plantas de gás”.

Não é uma simples coincidência que tenha sido nas comunas de “zonas de sacrifício” ou onde se dão as atividades diretas do drama do desenvolvimento derivado do Princípio Potosí que tenham ocorrido os maiores índices do *Apruebo* a uma nova Constituição. Não se trata de uma mera coincidência entre os problemas graves socioambientais e essa votação. Não, esses *problemas* foram transformados em *questão* nessas comunas. Nesses territórios mencionados, na última década tivemos uma proliferação de conflitos onde os moradores/as se confrontaram contra o Estado e às grandes empresas. O depoimento de Andrea Cisternas, liderança de Freirina, é esclarecedora nessa direção: “nós vivenciamos em Freirina nosso próprio estalido social em 2012. A partir de então as pessoas começaram a entender muitas coisas do modelo (sic) que não estavam bem e também começamos a trabalhar nas assembleias territoriais”<sup>13</sup>. A experiência de luta inscrita nos corpos dos/das que têm resistido ao neoextrativismo nesses territórios tem possibilitado uma compreensão da necessidade da transformação do “sistema

---

<sup>9</sup> MACHADO ARAÓZ, Horacio. 2018. Potosí el origen: Genealogía de la minería contemporánea. Lima: Programa Democracia y Transformación Global. 231 pp.

<sup>10</sup> Consultar: Freirina Rebelde, vídeo-documentário sobre a luta contra o frigorífico Agrosuper. Também em <https://resumen.cl/seccion/nacional>.

<sup>11</sup> Fonte: Resumen. <https://resumen.cl/seccion/nacional> idem.

<sup>12</sup> PANEZ, Alexander. 2019. Las persistencias de la vida: Despojos y por agua-tierra-territorio bajo el neoliberalismo en Chile. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, Brasil.

<sup>13</sup> Fonte: The Clinic. <https://www.theclinic.cl/2020/10/28/zonas-de-sacrificio-en-que-le-fallo-la-constitucion-a-atacama/>.

de normas"<sup>14</sup> que nos fala Milton Santos (Santos, 2012). Os conflitos são momentos pedagógicos e ricos teórica e conceitualmente. Os conflitos durante o Neoliberalismo 1.0 (Ditadura) e durante o Neoliberalismo 2.0 (Concertación) permitiram uma politização dos grupos em situação de opressão/exploração que, agora, se expressam no processo constituinte. Eis outro desafio do próximo processo constituinte: evitar o Neoliberalismo 3.0.

A geografia social dos votos do plebiscito de 25/10 nos oferece uma leitura que reforça a repulsa à continuidade desse atualizado drama/modelo de desenvolvimento de larga duração, segundo as diferentes classes sociais: as 5 Comunas mais ricas do país tiveram a média de somente 56,93% de repulsa à atual Constituição, sendo que duas delas foram recordistas na repulsa a mudanças sendo que em Vitacura somente 32,97% aprovaram a proposta de uma outra Constituição e em Las Condes somente 43,88%! Já entre as 5 Comunas mais pobres do país 76,04% aprovaram as mudanças. Considerando-se as 25 comunas de maior aprovação de uma Outra Constituição cabe observar que em 22 delas onde podemos identificar as razões dos conflitos, 55% deles se deram em torno de Mineração e Agronegócios; 31% em torno da Logística dessas atividades, a saber, em torno de Portos e Termoelétricas e 13,8% deles se deram em Áreas de Alta Concentração de Trabalhadores Precarizados na cidade de Santiago, segundo o Serviço Eleitoral do Chile. E, sublinhemos, entre as Comunas onde mais de 90% aprovaram uma outra Constituição, recordistas em todo o país, eram Zonas de Sacrifício fruto de modelos/drama de desenvolvimento que nos (des)governa há 500 anos! O recado que vem das urnas é, nesse sentido, inequívoco: uma absoluta impugnação do Princípio Potosí. Eis outra demanda colocada explicitamente @s novo@s Constituintes.

E, considerando-se os resultados do plebiscito como um todo, não cabe a leitura de que o país se acha dividido. Longe disso, há uma ampla maioria de aproximadamente 4/5 (entre 78% e 79%) de seus eleitores que apoiam a superação da herança constitucional da Ditadura e da *Concertación* que deram vida às recentes fases Neoliberais do Capitalismo<sup>15</sup>!

\*\*\*

O recado não podia ser mais certo: Já Basta. E um Já Basta não só dirigido a um modo de inserção subordinada ao sistema mundo capitalista moderno-colonial, mas também ao seu *modus operandi*, isto é, suas relações sociais e de poder onde as ditaduras e as *concertaciones* vêm impedindo que os de baixo protagonizem a política. São profundos os desafios que se apresentam no Chile a partir de agora. O legado da Ditadura e da *Concertación* não vai ser apagado somente com uma nova Constituição. Não devemos olvidar que o processo constituinte em curso foi uma demanda popular que veio das mobilizações das ruas, fonte instituinte de todo esse processo. No meio da disputa sobre os limites do processo constituinte se deu a pandemia que arrefeceu parte dos ânimos que vinham de *las calles o que* favorecia uma situação que as elites políticas e seus partidos já vinham procurando estabelecer desde o “Acordo pela Paz Social

---

<sup>14</sup> O geógrafo Milton Santos afirmara que o espaço geográfico é um híbrido que contém em si mesmo um sistema de objetos e um sistema de normas. Uma Carta Constituinte se inscreve como parte do sistema de normas e regras, mas a inspiração que nos faz Milton Santos nos remete a essa relação entre o sistema de normas e o sistema de objetos tanto naturais como intencionais, como os objetos técnicos (Santos, 2012). Consultar SANTOS, Milton. 2012. A Natureza dos Espaços. Ed. EDUSP, São Paulo.

<sup>15</sup> Permitam-nos o leitor o pleonasmo que, no nosso caso, tem o objetivo de chamar a atenção que a luta contra o neoliberalismo pode (e deve) conter um caráter anticapitalista. Caso contrário podemos caminhar, mais uma vez, para um “pós-neoliberalismo” não anticapitalista, um Neoliberalismo 3.0 que se diferencia das outras versões 1.0 e 2.0 pela maior presença do estado com políticas sociais suplementares e não estruturais, um Neoliberalismo Social, cujas margens efetivas de possibilidade dependem do Princípio Potosí e da superexploração do trabalho/natureza e, assim, com a produção de zonas de sacrifício e miséria por outro lado. Enfim, mais do mesmo, ainda que de modo diferente.

e a Nova Constituição”, assinado no 15 de novembro de 2019, com uma clara estratégia para canalizar o mal-estar, evitando tocar o coração do padrão de poder em crise.

Nesse momento de pandemia, nos bairros populares e comunidades indígenas a necessidade de reunir-se ficou limitada. Entretanto, a necessidade de reprodução da vida impõe-se e todo o esforço passou a ser dado à assistência à saúde e à alimentação. As Painéis Comuns se proliferaram e se aprofundaram práticas como redes de abastecimento de alimentos, práticas de saúde coletiva/ancestral, processos de autoeducação sobre as implicações da pandemia. Até mesmo ensaiou-se uma campanha de boicote ao plebiscito diante das manipulações das regras e do adiamento de abril para outubro, numa clara manobra de esvaziamento que vinha da classe política. Diante das circunstâncias de ver o processo político em curso se apropriar de uma iniciativa que vinha de *las calles* e desviar os propósitos que vinham *desde abajo* o *APRUEBO* se impôs e seus quase 4/5 de aprovação dão conta que, mesmo em circunstâncias adversas, essas forças do Chile Profundo se manifestaram de modo inequívoco: Não à Ditadura e à Concertación! No entanto, fiquemos atentos: essas forças não são fantasmas do passado, ao contrário, estão aí, atentas, para eleger seus representantes na nova constituinte e, quem sabe, estabelecer uma nova fase do capitalismo: o Neoliberalismo 3.0.

Apesar das armadilhas, os resultados do 25 de outubro de 2020 são uma expressão inequívoca da derrota da classe política e nos regozijamos com essa nova demonstração que os grupos/classes sociais em situação de subalternização/exploração no Chile demonstram, de que perderam o medo e mantém viva a vontade construir uma vida digna. Esse é o recado que vem do Chile Profundo!

Quando afirmamos a derrota da classe política é preciso tirar todas as consequências desse fato e desse conceito “classe política”, pois com ele começa todo o problema que tem levado a muitas frustrações de grandes mobilizações e, até mesmo, de revoluções. A política não pode ser de uma classe específica de pessoas, como se fosse uma profissão. Por mais que todo esse processo em curso no Chile vá desembocar num texto, não podemos, mais uma vez, excluir o processo instituinte<sup>16</sup> (Castoriadis, 1982), sobretudo as práticas e os grupos sociais que o protagonizaram a partir de seus territórios e comunas. Enfim, o texto não pode servir de pretexto para ignorar o contexto que ensejou a reinvenção da política e servir, mais uma vez, para separar as gentes comuns da política que, assim, apartadas da política, são substituídas pela “classe política”. Talvez aqui resida o principal desafio que se coloca no horizonte imediato no Chile para garantir a essência da política que, segundo Hannah Arendt, é a prerrogativa de cada um/a poder *principiar* uma ação<sup>17</sup> (Arendt, 2003). É daí que vem a palavra Príncipe, aquele que teria a prerrogativa de iniciar/principiar uma ação política. E esse tem sido o maior dos imbróglios das chamadas Revoluções Modernas ao introduzir o subversivo princípio de que todos são iguais em termos políticos. O Príncipe deixou os palácios. Desde então, os textos das Cartas Magnas começam com “todo o poder emana do povo” e, quase sempre, logo em seguida esse poder é relativizado, intermediado, com um “em seu nome será exercido”. Esse “em seu nome será exercido” tem servido para retirar das gentes comuns a prerrogativa de iniciar uma ação em nome dos que sabem, dos profissionais da política e seus assessores, enfim, da “classe política”. E não acusemos somente os liberais e os conservadores dessa prática. Em Outubro de 1917, a palavra de ordem “todo o poder aos soviets” definiu uma Revolução, assim como no Outubro de 2019 chileno se ouviu por todo o país a mesma chamada “todo o poder às Assembleias Territoriais” que, qualificadamente, é o mesmo que “todo o poder às *Organizações*

---

<sup>16</sup> CASTORIADIS, Cornelius. 1982. A instituição imaginária da sociedade. São Paulo, Paz e Terra.

<sup>17</sup> ARENDT, Hannah. 2003. O que Política. Ed. Bertand Brasil, Rio de Janeiro.

de Pobladores, aos *Lof Mapuche*, aos *Ayllus Aymaras*, às comunidades *Diaguitas*". Não esqueçamos que 72 anos depois da Revolução Soviética, em 1989, a URSS caiu e não havia um único *soviet* para defendê-la. Enfim, em 1989 havia muito estado, muitas regras bem definidas no texto que, entretanto, haviam esvaziado o contexto, os *soviets*. O contexto, enfatize-se, não deve ser entendido somente como momento, que é, mas também, como conformação territorial do poder que há de permanecer como fonte instituinte, enquanto governo *do* povo, *pelo* povo e *para* o povo, com destaque para o "pelo povo".

O momento chileno está grávido de outros horizontes de sentido para a vida num momento em que as esquerdas parecem ter perdido os dentes ou as asas. E, para superar esse quadro há que se pensar/agir para além do eeuurocentrismo que atravessa as direitas e as esquerdas hegemônicas até aqui. Para isso, as ruas chilenas que recusaram as bandeiras partidárias no Outubro de 2019, mas que se encheram de orgulho com as bandeiras Mapuche, pode ser considerado como uma lição que emana do mais profundo do Chile profundo, ao se referenciar no mais oprimido/explorado entre os mais oprimidos/explorados. E não são os únicos entre os povos originários que habitam esse território chileno até aqui chamado de nacional. Não olvidemos que essas bandeiras Mapuche que encheram de alegria e esperança as ruas no Outubro de 2019, eram bandeiras que convidavam que o Chile que se vislumbra incorpore esse Chile Profundo que vem dos Aymara e dos Diaguitas, além dos Mapuche e outros povos originários. Os Diaguitas que habitam o Norte chileno nas fronteiras com a Bolívia e a Argentina, se vangloriam que jamais se curvaram a qualquer Império, e não só ao espanhol, haja vista que se mantiveram em luta para serem livres também diante do Império Inca. Se, hoje, inspiração há que buscar para fundar uma sociedade verdadeiramente soberana, muito há que se aprender com os Mapuche que, como sabemos, não foram dominados ou conquistados pelos espanhóis e só sofreram a invasão de seus territórios depois de constituído o Chile. Há, aqui, uma delicada questão a ser resolvida e que vai exigir muita lucidez no Chile para assimilar esse pouco mais de um século de tensão no território Mapuche e, quem sabe, inspirar-se criticamente nas experiências recentes ocorridas em Nuestra América/Abya Yala, com a Constituição colombiana (1991) e as Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) que se reinventaram enquanto Estados Plurinacionais e, no caso mais específico da Bolívia, enquanto Estado Plurinacional e Comunitário.

Consideremos que esses povos originários têm a característica de serem tradicionalmente ágrafos. E, por isso, suas instituições não estão escritas em textos, mas inscritas em seus corpos em relação. Enfim, para eles a política não se separa da vida, dos corpos. Ela está inscrita nos territórios que são conformados com a relação entre corpos, inclusive, com os corpos d'água, enfim, o que os Mapuche chamam *ixofillmogen* que significa todas as formas de vida (Melin, Mansilla e Royo, 2017). Em outras palavras, as regras, a política, estão entre as pessoas, e não separadas delas e, quem sabe, por isso, o território esteja inscrito até mesmo na palavra Mapuche que, em mapudungum, significa Mapu (terra) Che (gente)<sup>18</sup>. E, quem sabe, esse princípio comum aos chamados povos originários também tenham inspirado os "direitos da natureza" incorporado às Constituições da Bolívia e do Equador. Há que se buscar manter viva essa dialética entre texto e contexto, entendendo que a palavra contexto já incorpora o texto, mas é o texto enquanto corpo em relação.

O mundo de hoje, em franca regressão civilizacional agravada pela fase neoliberal do capitalismo e, ainda, pela pandemia, vê outros horizontes emancipatórios surgirem à nossa

---

<sup>18</sup> MELIN, Miguel; MANSILLA, Pablo; ROYO, Manuela. 2017. MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU: Descolonizando el Mapa del Wallmapu, Construyendo Cartografía Cultural en Territorio Mapuche. 1ª ed. Temuco, Pu Lof Editorias Ltda.

frente de que o caso chileno talvez seja o mais esperançoso. Mas as muitas experiências emancipatórias, como momentos constitutivos<sup>19</sup> (Zavaleta Mercado, 1986) tão promissores como esse que o coração e mente *nuestroamericano* (José Martí) em corpo chileno vive, tem muito a aprender com as frustrações e derrotas que sofreram as muitas experiências emancipatórias vividas por diferentes povos em diferentes momentos. Vários grupos e organizações Mapuche veem com preocupação a apropriação de seus símbolos nas jornadas de outubro de 2019, ainda que o façam com certo orgulho. Essa preocupação se mostra legítima, como se pode ver recentemente na Bolívia e no Equador, onde a apropriação simbólica pelo estado não foi devidamente incorporada na sua dimensão material-simbólica no reconhecimento concreto de seus territórios-territorialidades em processo de territorialização. Afinal, o território é uma equação complexa onde natureza + cultura se afirmam através das relações de poder: autonomia<sup>20</sup> (Escobar, 2016). O território é uma relação e não uma coisa. É uma tensão constitutiva conformada numa tríade território-territorialidade-territorialização, onde cada um desses momentos só se esclarece pelo outro em suas relações.

Alguns grupos Mapuche já vinham num processo de *recuperación de tierras* antes mesmo das Jornadas de Outubro de 2019. E, mesmo durante a pandemia, grupos Mapuche mantiveram vivas ações de *recuperación de tierras*, de *bloqueo de rutas*, de queima de caminhões<sup>21</sup> num protagonismo de forte intensidade indicando uma inflexão política, mesmo num momento de pandemia. Muitos desses grupos vêm chamando a atenção que as saídas que vêm sendo apontadas no Chile para superar capitalisticamente a crise capitalista sinalizam com projetos logísticos com barragens hidroelétricas, *carreteras* (estradas) e ampliação de portos para os projetos exploração mineral, de agronegócios e monocultivos de *pinnus* e eucaliptos que, no fundo, visam os territórios que habitam. Observemos que essas atividades são aquelas que foram as principais fontes de conflitos nas 25 comunas onde maior foi a votação do Apruebo, como vimos acima. O fato dos Mapuche virem se mantendo ativos, tensionando *desde abajo* os processos políticos em curso, nos indique que *las calles* não se caem durante o processo de escrever a nova Constituição e que essa dialética instituinte-instituído se mantenha viva e aberta como é a vida.

Como vemos muitas são as lições que emanam desses povos originários para pensar o processo constituinte. Mas descolonizemo-nos e interculturalizemo-nos, o que implica uma relação verdadeiramente dialógica, uma hermenêutica diatópica sabendo que toda cultura/todo povo é marcado pela incompletude e, de algum modo, necessita do outro. Há que se buscar os equivalentes homeomórficos<sup>22</sup> (Pannikar apud Estermann, 2006) que permitam um diálogo entre diferentes, ainda que aceitando a irredutibilidade/intraduzibilidade de cada povo/cada cultura no outro/na outra. Assim como a estrutura capitalista que emana do mundo branco-mestiço não é homogênea, o mesmo ocorre entre os Mapuche e os povos originários, ainda que esse mesmo não seja igual. Por exemplo, há Mapuche nos diversos partidos chilenos e buscando estar nas listas partidárias para a nova Constituinte e defendendo os direitos internacionais, como os que constam no Convênio 169 e na Declaração dos Direitos Indígenas da ONU (2007). Há indígenas Mapuche e outros que se alinham à direita chilena e que defendem o direito ao desenvolvimento para os povos originários, seja lá o que significa des-envolver para os povos que têm seu próprio envolvimento. Há Mapuche que sinalizam que se deve evitar a apropriação simbólica dos signos Mapuche que não se traduzam no reconhecimento de seus territórios, de

---

<sup>19</sup> ZAVALETA MERCADO, René. 1987. Lo Nacional-Popular en Bolivia. Cidade do México. Ed. Siglo XXI.

<sup>20</sup> ESCOBAR, Arturo. 2016. Autonomía y diseño: La realización de lo comunal / Arturo Escobar. Popayán. Universidad del Cauca. Ed. Sello Editorial.

<sup>21</sup> Várias das últimas queimas de caminhões foram denunciadas por agrupações Mapuche como “auto-atentados” ou ações de grupos de extrema-direita que procuram justificativas para a militarização do Wallmapu. Olho!

<sup>22</sup> ESTERMANN, Josef. 2006. Filosofía Andina, sabiduría indígena para un mundo nuevo. Ed. ISEAT, 2ª edição, La Paz.

suas territorialidades em processo de territorialização. Há Mapuche e outros povos indígenas que estão preocupados com uma redefinição do domínio da terra e das águas que respeite os territórios-territorialidades em processo de territorialização não só de indígenas, mas de camponeses em geral. A reconexão com a terra, e tudo que nela está implicado enquanto condição metabólica de reprodução da vida e fonte de inspiração à criatividade humana, não é uma simples reforma agrária, por mais que essa ideia traga em si um indicativo de mudar as relações de poder, mas sim indica que não há liberdade no seu sentido mais profundo se nos faltam as condições metabólicas de reprodução da vida. Não faz o menor sentido redistribuir o fundo territorial que é de todos para que todos façam monoculturas de *pinnus* ou eucalipto ou *palta* e, assim, reproduzam o Princípio Potosí. Enfim, é de outros horizontes de sentido para a vida (Quijano) que se trata.

Enfim, são múltiplas as clivagens que atravessam o Chile e que não cabem em simplificações, que exigem acordos e alianças. Há um mundo *desde abajo* que reúne os grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração que atravessa os indígenas, os camponeses, as mulheres, os ecologistas, @s LGBTs, os trabalhadore/as precarizado/as das periferias urbanas que haverão de se encontrar enquanto bloco histórico que emana do Chile Profundo. Com certeza, o momento atual no Chile, grávido de outro rebento, foi conformando-se com muitas lutas e com muito suor e sangue, e a ditadura não nos deve sair do horizonte pelas marcas profundas que nos legou. Sem revanchismo, mas com firmeza, esse Chile Profundo saberá dar lugar aos 21% que votaram contra uma Outra Constituição no 25 de Outubro, e que não será o mesmo lugar que a ditadura legou aos seus opositores. Como na Bolívia e no Equador, contra o racismo institucional, o movimento indígena não devolveu racismo ao contrário nem tampouco o multiculturalismo pós-moderno, mas sim a interculturalidade<sup>23</sup> (Walsh, 2007) que significa sim ao respeito à diferença, mas com outras relações sociais e de poder que permitam, de fato, um diálogo entre iguais na diferença.

São esses movimentos do Chile Profundo que criaram esse momento atual de Pachakutik, como se diz em quéchua-aimará. São eles que se encontram diante do desafio de superar a limitação da convocatória para a nova Constituinte através dos partidos políticos. Eis uma armadilha que vai exigir muita criatividade, sobretudo das lideranças dos diversos movimentos sociais que, no fundo, são os grandes responsáveis por esse momento. E aqui se revelará, ou não, o quanto essas lideranças estão à altura desse momento de bifurcação histórica em que nos encontramos e que, não olvidemos, foram esses movimentos que o criaram.

Uma condição básica para construir qualquer norma de convivência legítima e digna, é que seja conformada uma comissão de verdade que reconheça as diversas violações dos Direitos Humanos feito pelo estado como resposta à rebelião de outubro e, assim, se faça justiça às pessoas assassinadas, com olhos mutilados ou violentadas sexualmente por parte da polícia. O “Acordo pela Paz Social e a Nova Constituição” garante impunidade aos que praticaram esses atos. Afinal, são *concertaciones* como essas que o plebiscito derrotou com seu retumbante Já Basta de 4/5 dos eleitores chilenos dizendo *Apruebo* a outras formas de nos constituirmos!

Outro componente fundamental a exigir é que todos aqueles pontos que não consigam consenso estabelecido dentro dos delegados constituintes (2/3) sejam submetidos à opinião da cidadania através de um plebiscito intermédio, que decida por maioria absoluta aqueles pontos controversos. O plebiscito intermédio foi eliminado no “Acordo pela Paz Social” das elites, deixando essa responsabilidade ao próximo congresso.

---

<sup>23</sup> WALSH, Catherine. 2007. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO GÓMEZ, Santiago e GROSFUGUEL, Ramón (Comp.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Ed. Siglo del Hombre Editores et al., 2007. 308p. (pp. 47 – 62).



Uma terceira questão tem a ver com a eleição dos delegados/as constituintes. Sua forma de eleição e a relação com os territórios é uma questão chave pra transformar as escalas da política no país e que os *de abajo* realmente consigam protagonismo. Sobre a eleição de constituintes, nos parece que os movimentos não devem cair na armadilha de buscar se inscrever cada um na lista de um partido pois, assim, os movimentos estarão fazendo justamente o que os resultados do plebiscito derrotaram. Afinal, a classe política e seus partidos têm levado à risca seu princípio de serem partidos, ou seja, de partirem a sociedade segundo seus critérios. Por que não conformar um grande bloco histórico (Gramsci) desde abajo que reúna o movimento e organizações do Chile Profundo? E, quem sabe, assim, com uma lista própria dos movimentos, se avalie a melhor forma de viabilizar essas candidaturas, seja convocando os partidos para que apoiem essa lista auto-organizada por esse bloco histórico desde abajo, seja com candidaturas diretamente feitas como bloco, afinal são essas as possibilidades que se apresentam como condição formal para participação. Além do processo de eleição, é fundamental estabelecer mecanismos de discussão e controle territorial dos constituintes eleitos/as. Submeter os “delegados/as do poder” às dinâmicas da vida cotidiana e às territorialidades dos povos, pode ser um exercício que deve ser constitucionalizado para construir processos que reconheçam a autonomia e não que sejam montados a partir da sua negação.

São enormes as responsabilidades que recaem sobre os ombros das lideranças dos movimentos e sabemos como momentos como esses são capazes de suscitar nossas individualidades seja como intelectuais, seja como ativistas. Aqui todo cuidado é pouco e é fundamental que cada um/a de nós nos convençamos, definitivamente, que se trata de uma construção coletiva e, só como tal, haveremos de conduzir à emancipação que o momento coloca no horizonte como possibilidade. Marx compreendeu diante da Comuna de Paris que *“El instrumento político de su esclavitud no puede servir como instrumento político de su emancipación”*. Afinal, o risco que se corre é que o texto a ser concebido volte a ser o estado enquanto uma instituição separada dos povos em suas Comunas e outras territorialidades-territórios e, assim, reproduza a clivagem em que a política deixa de ser a *cracia* do *demo*, enfim, o governo do povo, pelo povo, para o povo.

A tarefa é extremamente difícil, mas lembremo-nos do velho Hegel: o cavalo da história não costuma passar duas vezes na nossa porta. Não estamos seguros que as lideranças várias dos vários movimentos sociais no Chile estejam à altura dos desafios que se colocam no horizonte, mas a situação histórica está a exigir esse amadurecimento. E momentos como esses exigem muita lucidez e ousadia e, assim, que cada um/a saiba reconhecer que sua contribuição por mais que seja importante, não é mais importante do que o movimento/contexto que é o horizonte de possibilidade da ação de cada um/a. A recente vitória eleitoral boliviana, que reconduziu o MAS ao governo, só foi possível porque o Pacto de Unidade que havia levado o MAS ao governo em 2005 e que havia se rompido em 2011 em função das contradições do próprio governo, se recompôs a partir do golpe desferido pela direita em 2019. Foi essa recomposição do Pacto de Unidade depois do golpe, que permitiu não só que o MAS voltasse ao governo, mas também que os movimentos impusessem como Vice-Presidente um candidato comprometido com o mundo indígena, como o ex-chanceler David Choquehuanca. Trazemos o exemplo recente da Bolívia para indicar que, mesmo numa circunstância altamente desfavorável, como a de um golpe de estado racista e pró-capitalista como o que se deu na Bolívia em 2019, os movimentos foram capazes de superar, ainda que circunstancialmente, suas divergências e se apresentarem unidos para derrotar os golpistas e, assim, abrir um novo horizonte onde, hoje, podem debater em circunstâncias mais favoráveis suas diferenças.

Enfim, o Chile volta a abrir outros horizontes de sentido para a vida através da política para todos os nuestroamericanos que somos, mas a esperança que o Chile nos devolve e nos inspira tem muito a aprender com a criatividade dos movimentos em luta em nosso continente. Afinal, é esse movimento desigual e combinado que nos constitui. E, como dizia o mestre Simón Rodríguez (1769-1854): “ou inventamos ou erramos”!